



ANEXO II – DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

1.1. CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de textos; ortografia; morfologia; sintaxe; substantivo; adjetivo; artigo; pronome; verbo; advérbio; artigo.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO:

Álgebra básica (equações, sistemas e problemas do primeiro grau); porcentagem; proporcionalidade direta e inversa; sequências e reconhecimento de padrões; progressões aritmética e geométrica; juros simples e compostos; geometria básica (distâncias, polígonos, circunferência, perímetro e área); medidas de comprimento, área e volume; princípios de contagem e noção de probabilidade; proposições, valor-verdade, negação e conjunção.

1.2. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

TÉCNICO LEGISLATIVO - ESPECIALIDADE ADMINISTRATIVA:

1. Administração: tipos de custos e características; estimativas análoga e paramétrica; elaboração de orçamentos de projetos; juros, capitalização, operações com desconto e parcelamento; fluxo de caixa; folha de pagamento (salários, benefícios e descontos); gestão de estoques e logística; estoque de segurança, ponto de equilíbrio e lote econômico de compras; inventário; classificação ABC; gestão de almoxarifado; gestão de escopo de projeto; gestão do tempo e do cronograma de projeto; fluxogramas; gerenciamento de rotinas; indicadores de processos e rotinas.

2. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/media-pdde/ManualdeContabilidadeAplicadaaoSetorPblico.9Edio2022.STN..pdf>): princípios orçamentários; despesa orçamentária; estoques; PCASP - plano de contas aplicado ao setor público.

3. Noções de Direito Constitucional: Constituição Federal – princípios fundamentais; direitos e garantias fundamentais; organização do Estado e Administração Pública (disposições gerais, servidores públicos); organização dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

4. Noções de Direito Administrativo: princípios; regime jurídico administrativo; poderes da administração pública; serviço público; atos administrativos; contratos administrativos e licitação (Lei Federal nº 14.133/2021); bens públicos; administração direta e indireta; controle da administração pública; responsabilidades do Estado.

5. Legislação Específica e Ética no Serviço Público: Lei Orgânica do Município de Olinda – PE; Estatuto dos Servidores Públicos de Olinda – PE (Lei Complementar 01/1990); Regimento Interno da Câmara Municipal de Olinda – PE (Resolução nº 573/1991); Lei Municipal de Olinda – PE nº 6.276/2022; Lei Municipal de Olinda – PE nº 6.305/2023; noções de Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA; ética na administração pública.

2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

2.1. CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de textos; ortografia; morfologia; sintaxe; substantivo; adjetivo; artigo; pronome; verbo; advérbio; artigo.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO:

Álgebra básica (equações, sistemas e problemas do primeiro grau); porcentagem; proporcionalidade direta e inversa; sequências e reconhecimento de padrões; juros simples e compostos; noção de probabilidade; proposições, valor-verdade, negação, conjunção, disjunção, implicação, equivalência, proposições compostas.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO:

Lei Orgânica do Município de Olinda – PE; Estatuto dos Servidores Públicos de Olinda – PE (Lei Complementar nº 01/1990); Regimento Interno da Câmara Municipal de Olinda – PE (Resolução nº 573/1991); Lei Municipal de Olinda – PE nº 6.276/2022; Lei Municipal de Olinda – PE nº 6.305/2023; ética, moral, princípios e valores na função pública;



espécies de procedimento disciplinar: sindicâncias investigativa, patrimonial e acusatória; processo administrativo disciplinar (ritos ordinário e sumário; instauração, inquérito e julgamento); comissão disciplinar (requisitos, suspeição, impedimento e prazo para conclusão dos trabalhos – prorrogação e recondução).

2.2. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ANALISTA LEGISLATIVO – ESPECIALIDADE CONTROLADORIA INTERNA:

1. Lei de Licitações e Contratos Administrativos – LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 (disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm).
2. Regimes contábeis; despesas públicas (conceitos e classificações); Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Lei Orçamentária Anual – LOA.
3. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/media-pdde/ManualdeContabilidadeAplicadaaoSetorPblico.9Edio2022.STN..pdf>): Princípios Orçamentários; Despesa Orçamentária; Estoques; PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
4. Economia (microeconomia e macroeconomia): política monetária, produto e inflação; Conceitos de PIB e PNB; indicadores de desenvolvimento econômico; inflação (tipos e características).
5. Noções de Direito Constitucional: Constituição Federal - princípios fundamentais; direitos e garantias fundamentais; organização do estado: administração pública (disposições gerais, servidores públicos); organização dos poderes: Poder Legislativo; Poder Executivo (Presidente e do Vice-Presidente da República, atribuições do Presidente da República, responsabilidade do Presidente da República); Poder Judiciário (disposições gerais).
6. Noções de Direito Administrativo: Princípios; Regime jurídico administrativo; Poderes da administração pública; Serviço público; Atos administrativos; Bens públicos; Administração direta e indireta; Controle da administração pública; Responsabilidades do Estado.
7. Lei de Responsabilidade Fiscal – LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 (disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm).
8. Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – LEI Nº 12.600, DE 14 DE JUNHO DE 2004 (disponível em <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=3932&tipo=>).
9. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – RESOLUÇÃO T.C. Nº 015/2010 (disponível em <https://atosoficiais.com.br/lei/regimento-interno-tce-pe-tcepe?origin=instituicao>).
10. LEI FEDERAL Nº 10.180, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2001 – Art. 19 ao Art. 38 (disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10180.htm).

ANALISTA LEGISLATIVO – ESPECIALIDADE JURÍDICA:

1. DIREITO CONSTITUCIONAL: princípios fundamentais; direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade e direitos políticos; organização político-administrativa; união; administração pública; servidores públicos; poder legislativo; congresso nacional; processo legislativo; fiscalização contábil, financeira e orçamentária; Poder Executivo; Poder Judiciário; funções essenciais à justiça; Ministério Público.
2. DIREITO ADMINISTRATIVO: princípios da Administração Pública; atos administrativos (conceito, requisitos, atributos, discricionariedade e vinculação, classificação; espécies; anulação e revogação); servidores públicos; bens públicos; controle da Administração Pública.
3. DIREITO CIVIL: pessoas naturais e jurídicas (CC, artigos 1.º a 69); domicílio (CC, artigos 70 a 78); fatos jurídicos; negócio jurídico (CC, artigos 104 a 184); atos jurídicos lícitos (CC, art. 185); atos ilícitos (CC, artigos 186 a 188); Direito das Obrigações - Modalidades das Obrigações (CC, artigos 233 a 285); contratos em geral (CC, artigos 421 a 480).
4. Lei de Licitações e Contratos Administrativos – LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 (disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm).
5. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro - DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942 (disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm).
6. Lei de Responsabilidade Fiscal – LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 (disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm).
7. Lei Nº 8.112, de 11/12/1990 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm).



-
8. Lei Nº 9.784, de 29/01/1999 – Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm).
 9. Lei Nº 8.429, de 02/06/1992 – Sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional (disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm).